

## DESIGUALDADE EDUCACIONAL E RACISMO ESTRUTURAL: IMPACTO DO RACISMO NA EDUCAÇÃO

Ariane Nayara Coelho de Lima<sup>1</sup>

Marcos Vinicius Ferreira e Ferreira<sup>2</sup>

Mayara Teixeira Sena<sup>3</sup>

### RESUMO

Este trabalho analisa a desigualdade educacional e o racismo estrutural no sistema brasileiro, evidenciando como tais práticas impactam qualidades na trajetória dos estudantes negros. Com base em uma abordagem bibliográfica e documental, esta pesquisa revisa a história da educação e identifica práticas discriminatórias que perpetuam as desigualdades, revelando que o problema central reside na exclusão de alunos negros, na baixa representatividade da cultura afro-brasileira nos currículos e na formação insuficiente de professores para lidar com a diversidade racial. Justifica-se, assim, a realização deste estudo pela necessidade urgente de promover a inclusão social e combater a marginalização de grupos historicamente desfavorecidos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Busca-se compreender como o racismo influencia estruturalmente as disparidades educacionais e identificar estratégias que mitigam seus efeitos, promovendo a equidade no acesso e na qualidade do ensino. Para tanto, a metodologia adotada baseou-se na análise qualitativa de fontes bibliográficas e documentais seguindo os direcionamentos de Bardin (2016), permitindo a passagem do contexto histórico e a identificação dos principais desafios enfrentados pelas populações negras no ambiente escolar. Como resultado esperado, pretende-se evidenciar as barreiras estruturais que impedem a plena inclusão dos estudantes negros, apontando a necessidade de reformas curriculares, formação continuada de educadores e implementação de políticas públicas eficazes, de modo a subsidiar ações que promovam um sistema educacional antirracista e o desenvolvimento integral de todos os alunos, contribuindo para a transformação social e educacional.

**Palavras-chave:** Racismo Estrutural, Desigualdade Educacional, Equidade Educacional, Educação Inclusiva, Diversidade Racial.

### INTRODUÇÃO

A desigualdade educacional no Brasil é uma questão multifacetada que revela as profundas fissuras sociais e raciais presentes na sociedade. Dentre os diversos fatores que contribuem para essa desigualdade, o racismo estrutural se destaca como um dos mais

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal do Pará (Campus Abaetetuba) – UFPA, arianenayarac@gmail.com.

<sup>2</sup> Graduando do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal do Pará (Campus Abaetetuba) – UFPA, marcos.ferreira@abaetetuba.ufpa.br.

<sup>3</sup> Professora orientadora. Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará. Mestra em Educação (UFPA). Licenciada Plena em Matemática (UFPA), mayarasena@ufpa.br;



significativos, moldando a experiência educacional de milhões de estudantes, especialmente aqueles que se identificam como negros e pardos. No contexto do ensino médio, essa realidade torna-se ainda mais evidente, uma vez que os desafios enfrentados por esses estudantes vão além das barreiras físicas e financeiras, estendendo-se a uma cultura institucional que frequentemente marginaliza e desvaloriza suas identidades.

Os estudantes negros e pardos frequentemente encontram obstáculos como a falta de recursos adequados, a escassez de professores capacitados e um ambiente escolar que não reconhece ou valoriza suas experiências e culturas, mostrando que essa configuração resulta não apenas em desigualdades de acesso, mas também em disparidades significativas no desempenho acadêmico e nas oportunidades futuras. Diante desse cenário, é essencial investigar como os efeitos do racismo estrutural que se entrelaçam com a educação no ensino médio, refletem e reforçam as desigualdades sociais.

Este estudo busca analisar as implicações do racismo na formação educacional desses jovens, destacando a necessidade de políticas eficazes e ações afirmativas que promovam uma educação mais inclusiva. Ao abordar a interseção entre desigualdade educacional e racismo estrutural, é possível vislumbrar caminhos para uma transformação social que valorize a diversidade e assegure que todos os alunos tenham igualdade.

As disparidades observadas no acesso ao ensino médio, na qualidade do ensino ofertado e nos resultados acadêmicos apontam para a persistência de um sistema educacional que, muitas vezes, não consegue atender de forma equitativa às necessidades e aspirações dessa parcela da população estudantil. Essa desigualdade educacional se manifesta de maneiras diversas, desde a falta de infraestrutura adequada nas escolas públicas até a reprodução de estereótipos e práticas discriminatórias no ambiente escolar.

Compreender as raízes do racismo estrutural e seu impacto no campo da educação é fundamental para enfrentar esse desafio. Somente por meio de uma análise crítica e da implementação de políticas públicas efetivas será possível promover uma educação de qualidade, que valorize a diversidade e garanta igualdade de oportunidades a todos os estudantes, independentemente de sua cor, raça ou origem. Nesse sentido, este trabalho se propõe a investigar de forma aprofundada a relação entre a desigualdade educacional e o racismo estrutural, com foco no ensino médio, buscando identificar os principais obstáculos enfrentados pelos estudantes negros e pardos, bem como as estratégias e políticas necessárias para a construção de um sistema educacional mais justo e inclusivo, esta pesquisa visa contribuir para o debate e a formulação de soluções que promovam a equidade na educação.



## METODOLOGIA

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, centrando-se na análise das intersecções entre desigualdade educacional e racismo estrutural no Brasil. Para isso, foram utilizados métodos de pesquisa bibliográfica e documentais, permitindo uma compreensão aprofundada do tema sob múltiplas perspectivas. Como destaca Silva (2020, p. 45), “a desigualdade racial e educacional no Brasil é fruto de uma estrutura histórica que mantém privilégios e limita oportunidades para determinados grupos sociais”.

A pesquisa começou com uma ampla revisão da literatura existente sobre racismo estrutural e desigualdade educacional, buscando obras de autores renomados como Silvio Almeida, Abdias do Nascimento, Bell Hooks, entre outros. Esta etapa envolveu a leitura crítica de livros, artigos acadêmicos e estudos de caso que abordam a temática da discriminação racial e as desigualdades no sistema educacional brasileiro. A revisão bibliográfica permitiu identificar as principais questões e desafios enfrentados por estudantes negros e pardos na educação, bem como as práticas discriminatórias que perpetuam essas desigualdades.

Para o tratamento e a interpretação do extenso material textual e documental coletado, utilizou-se a Análise de Conteúdo como referencial metodológico, seguindo os direcionamentos de Bardin (2016). Essa técnica se mostrou essencial, pois, ao se constituir como um conjunto de instrumentos que visa à produção de inferências a partir de indicadores sistematicamente obtidos, ela possibilitou a passagem do contexto histórico e a identificação das estruturas subjacentes ao discurso.

Além da revisão bibliográfica, a pesquisa incluiu a análise de documentos oficiais relacionados à educação no Brasil, como legislações, políticas públicas. Esses documentos foram examinados para compreender como as políticas educacionais abordam o racismo e a inclusão, permitindo uma avaliação crítica da eficácia das medidas implementadas.

Com base na análise qualitativa dos dados obtidos, foi elaborada uma síntese das principais barreiras enfrentadas pelos estudantes negros e pardos no sistema educacional brasileiro. A partir das conclusões, foram propostas recomendações para a implementação



de políticas públicas e práticas pedagógicas que promovam a inclusão e a equidade racial na educação.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### O Racismo Estrutural

O racismo estrutural é um conceito que se refere a um padrão arraigado de discriminação e desigualdade racial que está integrado nas instituições, práticas e normas de uma sociedade. Ele é sistemático e se perpetua por meio de políticas, sistemas e estruturas sociais que historicamente favorecem grupos racialmente privilegiados em detrimento de outros, sendo particularmente visível em contextos como educação, saúde, emprego, habitação e justiça criminal.

O racismo estrutural frequentemente opera de maneira invisível, tornando-se muitas vezes normalizado nas práticas sociais, o que significa que as desigualdades raciais se manifestam de forma tão integrada nas instituições que muitas pessoas podem não perceber sua presença ou impacto.

Apesar de sua natureza opressiva, tem gerado resistência e mobilização por parte de grupos marginalizados por meio dos movimentos sociais e ativistas têm se esforçado para dismantlar essas estruturas opressivas, promovendo a igualdade racial e a justiça social. Reconhecer suas características e impactos é essencial para desenvolver políticas e práticas que promovam a equidade racial e a justiça social.

No Brasil é amplamente estudado por diversos autores que oferecem diferentes perspectivas teóricas sobre suas origens, manifestações e implicações sociais. Entre esses autores destacam-se Silvio Almeida e Abdias do Nascimento, cujas obras contribuem significativamente para a compreensão do racismo no contexto brasileiro.

Silvio Almeida é um dos principais teóricos contemporâneos sobre racismo estrutural e suas intersecções com outras formas de opressão. Em sua obra “Racismo Estrutural”, Almeida argumenta que o racismo no Brasil não é apenas um problema individual ou comportamental, mas sim um fenômeno enraizado nas estruturas sociais, políticas e econômicas do país. Ele propõe que o racismo estrutural é uma dinâmica que se perpetua através de instituições que, mesmo sem intenções explícitas de discriminação, reproduzem desigualdades raciais. “O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou



inconscientes que resultam em privilégios para uns e desvantagens para outros.” (ALMEIDA, 2020, p. 38).

Silvio Almeida utiliza o conceito de sistema de opressão para descrever como o racismo interage com outras formas de desigualdade, como o classicismo e o sexismo, enfatizando que essa interseção resulta em experiências únicas de opressão para pessoas que pertencem a múltiplos grupos marginalizados. “Além disso, o autor destaca a importância de uma análise crítica das políticas públicas e das práticas sociais que contribuem para a perpetuação do racismo, propondo que a luta contra ele deve incluir a reformulação das estruturas institucionais que sustentam essas desigualdades. A superação do racismo depende da transformação das estruturas políticas, econômicas e jurídicas que produzem e reproduzem as desigualdades raciais. Não se trata apenas de mudar atitudes individuais, mas de reconstruir as bases institucionais da sociedade.”(ALMEIDA, 2020, p. 67).

Abdias do Nascimento, importante ativista, intelectual e artista brasileiro, é conhecido por suas contribuições à luta contra o racismo e pela promoção da cultura afro-brasileira. Sua obra “O Quilombo do Futuro” é fundamental para entender sua perspectiva sobre a resistência negra e a luta pela igualdade racial no Brasil. Nascimento argumenta que o racismo no país é uma continuidade histórica que remonta à escravidão e à colonização, e que as desigualdades sociais contemporâneas refletem esse passado, propondo que o movimento negro deve ser um agente ativo na transformação da sociedade, promovendo a valorização da cultura afro-brasileira e a construção de uma nova identidade nacional que reconheça e celebre a diversidade racial.

Além disso, Abdias do Nascimento enfatiza a importância da educação e da conscientização como ferramentas para combater o racismo estrutural, acreditando que a formação de uma consciência crítica sobre a realidade racial no Brasil é essencial para mobilizar a sociedade na luta pela justiça social e racial. “A educação do povo negro deve visar, antes de tudo, à recuperação de sua dignidade, de sua história e de sua contribuição à formação nacional, pois sem essa consciência não haverá verdadeira libertação.” (NASCIMENTO, 2017, p. 102).

Beatriz Nascimento, importante militante do movimento negro, reforçou a necessidade de uma análise interseccional do racismo, abordando como gênero e classe influenciam as experiências de opressão. “a mulher negra é a base de uma estrutura social que se sustenta sobre o seu trabalho e o seu corpo, mas que raramente a reconhece como sujeito histórico” (NASCIMENTO, 1989, p. 78).



Lélia Gonzalez, reconhecida por seu trabalho sobre identidade afro-brasileira, destacou a importância de incluir as vozes e experiências das mulheres negras na luta contra o racismo, propondo uma perspectiva feminista que reconheça a intersecção entre raça e gênero. Segundo a autora, “é a partir da vivência concreta das mulheres negras que se pode compreender a articulação entre racismo, sexismo e classismo na sociedade brasileira” (GONZALEZ, 1988, p. 76)

Djamila Ribeiro, autora contemporânea, discute a necessidade de uma nova forma de pensar a igualdade racial, enfatizando a importância de políticas públicas que abordem as desigualdades estruturais e promovam a inclusão social. “não basta não ser racista, é necessário ser antirracista, agir ativamente para desconstruir as estruturas que sustentam o racismo” (RIBEIRO, 2019, p. 25).

As perspectivas teóricas sobre o racismo estrutural no Brasil, representadas por autores como Silvio Almeida e Abdias do Nascimento, oferecem uma compreensão abrangente da complexidade desse fenômeno, pois, ao abordar as intersecções entre raça, classe e gênero, esses autores contribuem para a formulação de estratégias de resistência e transformação social, que na luta contra o racismo estrutural exige não apenas conscientização e mobilização da sociedade, mas também uma reavaliação crítica das instituições e das políticas que perpetuam a desigualdade racial.

No Brasil, a desigualdade social tem raízes históricas profundas que remontam à colonização e à escravidão. Durante o período do século XV ao XVI, período das explorações europeias, as pessoas negras foram sistematicamente desumanizadas e excluídas das oportunidades de desenvolvimento social e econômico.

O racismo estrutural se expressa em políticas de segurança pública que visam predominantemente comunidades negras, reforçando estigmas e perpetuando a marginalização. Essa dinâmica impacta não apenas os indivíduos diretamente afetados, mas também tem repercussões sociais amplas, como a desintegração familiar e a perpetuação de ciclos de violência e pobreza.

Para combater essas desigualdades, é fundamental implementar políticas públicas que abordem as raízes históricas do racismo, promovam a inclusão e garantam igualdade de oportunidades em áreas como educação, emprego, saúde e justiça. A desconstrução das estruturas que perpetuam o racismo é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, na qual todos os indivíduos, independentemente de sua raça ou etnia, possam ter acesso aos mesmos direitos e oportunidades.





## Desigualdades Educacionais

A desigualdade educacional refere-se às disparidades no acesso, na qualidade e nas oportunidades de educação que diferentes grupos sociais enfrentam. Essas desigualdades podem se manifestar em vários níveis, desde a capacidade de ingressar e permanecer no sistema educacional até as condições de ensino e aprendizado.

Fatores como renda, localização geográfica, classe social e etnia influenciam o acesso à educação de qualidade. A disparidade na qualidade do ensino pode ser afetada pela formação dos professores, infraestrutura das escolas, recursos disponíveis e metodologias pedagógicas. Como afirmam Alves e Soares (2013, p. 13), “a desigualdade educacional brasileira reflete, em grande medida, as desigualdades sociais existentes, sendo fortemente determinada pelas condições socioeconômicas e pelo território onde o aluno vive”.

Escolas em áreas desfavorecidas frequentemente enfrentam condições precárias, o que compromete o aprendizado dos alunos. Isso ocorre porque a falta de infraestrutura adequada, materiais didáticos, espaços pedagógicos e profissionais qualificados dificulta o desenvolvimento pleno das atividades educacionais. Como apontam Soares e Andrade (2006, p. 157), “as desigualdades nas condições de oferta escolar refletem-se diretamente nas oportunidades de aprendizagem dos alunos, reproduzindo as desigualdades sociais já existentes”.

A desigualdade educacional está profundamente interligada ao racismo, especialmente no contexto brasileiro, onde a população negra e parda enfrenta barreiras significativas no acesso à educação de qualidade. Estudantes negros e pardos também enfrentam discriminação e preconceito dentro das instituições de ensino, o que impacta sua autoestima, motivação e desempenho acadêmico. Essa discriminação ocorre de diversas formas, desde a exclusão social até a ausência de representações positivas no currículo, o que agrava as desigualdades educacionais. Além disso, políticas educacionais muitas vezes desconsideram as necessidades específicas das comunidades marginalizadas. Como destaca Candau (2012, p. 34), “as políticas públicas de educação, em sua maioria, não reconhecem a diversidade cultural existente nas escolas, o que contribui para a manutenção das desigualdades e da exclusão social”

É necessário ainda considerar a interseccionalidade entre raça, classe social e gênero, que cria experiências únicas de opressão e privilégio. Mulheres negras, por exemplo, enfrentam barreiras adicionais que intensificam a desigualdade educacional.



Elas lidam simultaneamente com racismo e sexismo, o que se reflete em menores oportunidades de acesso à educação, taxas mais altas de evasão escolar e menos representação em espaços acadêmicos e profissionais. Como ressalta Gonzalez (1988, p. 76), “é a partir da vivência concreta das mulheres negras que se pode compreender a articulação entre racismo, sexismo e classismo na sociedade brasileira”.

Durante o período colonial e escravocrata, a educação era um privilégio quase exclusivo da elite branca. Como observa Fausto (2000, p. 112), “no Brasil colonial, o acesso à educação formal era restrito às camadas mais favorecidas da população, predominantemente brancas, enquanto a grande massa de escravizados e pobres permanecia à margem do ensino”.

A maioria da população negra, composta por africanos escravizados, era deliberadamente excluída do acesso à alfabetização e à instrução formal, consideradas ameaças ao controle social. Mesmo após a abolição da escravidão em 1888, o acesso à educação permaneceu restrito, perpetuando a marginalização.

Com a Proclamação da República em 1889, surgiram discussões sobre a educação como um direito cidadão, mas as desigualdades raciais persistiram. O sistema educacional continuou moldado por ideias elitistas, voltadas às necessidades da elite branca, ignorando as populações negras e pobres. Como afirmam Gomes e Silva (2015, p. 88), “a educação brasileira historicamente reproduz as desigualdades sociais, mantendo privilégios de grupos hegemônicos e excluindo a população negra e pobre do acesso a um ensino de qualidade”.

As escolas destinadas a essas comunidades eram de baixa qualidade, com altos índices de analfabetismo e pouca infraestrutura. A baixa qualidade do ensino é um fator histórico: “As escolas destinadas a essas comunidades eram de baixa qualidade, com altos índices de analfabetismo e pouca infraestrutura” (SILVA, 2020, p. 45).

Durante o governo de Getúlio Vargas, embora houvesse tentativas de criar um sistema mais inclusivo, as políticas educacionais priorizavam a formação de uma identidade nacional homogênea que marginalizava a diversidade racial.

No período da ditadura militar, entre 1964 e 1985, o crescimento do número de escolas e universidades não significou inclusão efetiva. O acesso e a qualidade do ensino permaneceram desiguais e as políticas educacionais ignoravam as especificidades das comunidades negras. Somente com a redemocratização nos anos 1980 e a Constituição de 1988, que reconheceu a educação como direito fundamental, começaram a surgir políticas públicas voltadas à inclusão racial.





O currículo escolar tradicional privilegia a história e a cultura europeias, marginalizando a contribuição dos povos africanos e afro-brasileiros, o que perpetua a ideia de superioridade branca e desvalorização da cultura negra. Além disso, estudantes negros frequentemente enfrentam discriminação, falta de representatividade no corpo docente e material didático excludente. Escolas situadas em comunidades negras sofrem com falta de financiamento e recursos, comprometendo o aprendizado e perpetuando a exclusão social.

### **Ações Afirmativas e Avanços Recentes**

A adoção de políticas públicas de inclusão, como ações afirmativas e programas de valorização da diversidade, associada ao investimento em infraestrutura e recursos para escolas marginalizadas, contribui para reduzir desigualdades raciais. A educação deve ainda promover espaços de diálogo e reflexão sobre as relações raciais, envolvendo alunos, famílias e comunidades. Essa participação ativa é essencial para a conscientização e mobilização social contra o racismo.

Quando estruturada de maneira inclusiva e fundamentada no respeito à diversidade, ela se torna uma ferramenta poderosa de transformação social e de promoção da igualdade racial. Por isso, a reestruturação do sistema educacional é uma tarefa urgente e indispensável para a construção de uma sociedade mais justa e livre de discriminação.

O Brasil enfrenta desafios significativos no sistema educacional, refletidos em altas taxas de evasão escolar, dificuldades no acesso ao ensino superior e disparidades no desempenho acadêmico. A evasão escolar é um problema persistente, especialmente no ensino médio, causado por fatores socioeconômicos, necessidade de trabalhar, falta de interesse e dificuldades de aprendizagem. O acesso ao ensino superior continua restrito, e mesmo com políticas como Prouni e Fies, as desigualdades persistem, pois muitos estudantes oriundos de escolas públicas não têm preparo adequado para competir em igualdade de condições.

### **Desigualdade no Acesso e Permanência Escolar**

O Censo Demográfico de 2010 trouxe à tona informações relevantes sobre a disparidade na educação no Brasil. Na tabela 2, são apresentados dados sobre “indivíduos com dez anos ou mais de idade, categorizados por nível de escolaridade, de acordo com cor ou raça e grupos etários – Brasil – 2010” (IBGE, 2015):



Conforme dados do IBGE (2023), observa-se na tabela abaixo, a população branca apresenta maior proporção de pessoas com ensino superior completo, enquanto a população preta e parda apresenta maior concentração em níveis de instrução incompletos ou fundamentais (IBGE, 2023).

**Quadro 1** – Distribuição da população residente por cor ou raça e nível de instrução, Brasil, 2023.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2023).

Em relação às pessoas com ensino médio completo a realidade é distinta, considerados os grupos “médio completo e superior incompleto”, nessa estimativa, 20.513.245 que conseguem terminar o ensino médio são de cor branca, enquanto que 2.745.867 que alcançam a conclusão são de cor preta, evidenciando a desigualdade social. No “superior completo”, verifica-se que as brancas perfazem a razão de 39,24% da totalidade do grupo; as pretas, 25,35%; e as pardas, 24,52%. Portanto, o ambiente acadêmico se limita a uma parte da sociedade em prejuízo de outras, contribuindo para a intensificação da desigualdade racial no Brasil.

A análise das conexões entre racismo estrutural e desigualdades educacionais no Brasil revela um panorama complexo e interligado, que reflete as fissuras históricas da sociedade. As raízes do racismo, originadas na colonização e na escravidão, continuam a impactar o acesso, a permanência e o desempenho de estudantes negros nas instituições educacionais.

A invisibilidade da história e da cultura afro-brasileira nos currículos perpetua estereótipos e compromete a autoestima dos alunos negros, dificultando seu engajamento acadêmico. A ausência de formação adequada de educadores para lidar com temas de diversidade e racismo contribui para práticas discriminatórias em sala de aula, reforçando um ciclo de exclusão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

| Cor ou raça | Total                    | Nível de instrução                     |                                         |                                      |                   |                 |
|-------------|--------------------------|----------------------------------------|-----------------------------------------|--------------------------------------|-------------------|-----------------|
|             |                          | Sem instrução e fundamental incompleto | Fundamental completo e médio incompleto | Médio completo e superior incompleto | Superior completo | Não determinado |
| Branca      | 77.416.302               | 33.151.747                             | 13.424.041                              | 20.513.245                           | 9.871.362         | 455.907         |
| Preta       | 12.832.886               | 7.293.638                              | 2.214.820                               | 2.745.867                            | 507.583           | 70.978          |
| Amarela     | 1.845.466                | 793.936                                | 304.347                                 | 469.933                              | 265.372           | 11.878          |
| Parda       | 69.232.715 <sup>3</sup>  | 39.671.447                             | 12.154.696                              | 14.174.701                           | 2.802.456         | 429.416         |
| Indígena    | 621.381                  | 443.498                                | 80.796                                  | 76.693                               | 16.918            | 3.476           |
| Total       | 161.981.299 <sup>4</sup> | 81.386.577                             | 28.178.794                              | 37.980.515                           | 13.463.757        | 971.655         |



Os resultados obtidos nesta pesquisa destacam algumas possíveis desigualdades educacionais enfrentadas pelos estudantes negros e pardos no Brasil, bem como as manifestações do racismo estrutural que permeiam o sistema educacional. A análise qualitativa dos dados revelou barreiras que contribuem para a exclusão desses estudantes e impactam suas trajetórias escolares.

Uma das principais constatações foi que os estudantes negros e pardos enfrentam dificuldades significativas para acessar uma educação de qualidade. Dados do Censo Demográfico de 2010 mostram que a porcentagem de pessoas negras com formação superior é desproporcionalmente inferior à de pessoas brancas.

Essa disparidade se traduz em um sistema educacional que muitas vezes não assegura igualdade de oportunidades, resultando em um ciclo vicioso de exclusão. Essa condição reforça a ideia de que o racismo estrutural ainda perpetua desigualdades que têm raízes históricas na escravidão e na colonização. Conforme destaca o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, “as desigualdades sociais entre brancos e pretos ou pardos refletem as marcas históricas de um processo social excludente que ainda persiste na sociedade brasileira” (IBGE, 2019, p. 15).

Em suma, os resultados desta pesquisa evidenciam que o racismo estrutural e a desigualdade educacional estão intrinsecamente ligados no Brasil, criando desafios complexos que afetam profundamente a experiência educacional dos estudantes negros e pardos. Portanto, é necessário que políticas educacionais sejam reavaliadas e implementadas de maneira eficaz, visando à construção de um sistema educacional que valorize a diversidade e promova a equidade em todas as suas dimensões.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante desse cenário, a importância da educação antirracista torna-se evidente. Promover um ambiente educacional que valorize a diversidade cultural e reconheça as contribuições da população negra é uma necessidade para a transformação social.

A educação antirracista deve se basear em princípios de inclusão, respeito e valorização das identidades, garantindo a todos os estudantes oportunidades equitativas de aprendizado e desenvolvimento. Para avançar nessa direção, é fundamental que pesquisas futuras avaliem a efetividade de políticas públicas e práticas pedagógicas voltadas à inclusão e equidade racial, incluindo na formação continuada de professores, a revisão curricular e a participação ativa da comunidade escolar, pois são estratégias



essenciais para um sistema educacional mais justo, além de fazer o envolvimento da sociedade civil e das comunidades negras na formulação dessas políticas é indispensável para que suas vozes e experiências sejam valorizadas.

Em síntese, a superação das desigualdades educacionais e o combate ao racismo estrutural exigem um compromisso coletivo de todos os setores sociais. Somente por meio de esforços conjuntos será possível criar uma educação capaz de enfrentar as disparidades raciais e construir uma sociedade mais justa, equitativa e respeitosa.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. Racismo Estrutural. São Paulo: Editora Jandarespeitosa.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. 2. ed. São Paulo: Pólen Livros, 2020.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70, 2016.
- CANDAU, Vera Maria. Educação e diversidade cultural: desafios para a prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 2012.
- FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed. São Paulo: EDUSP, 2000.
- GOMES, Nilma Lino; SILVA, José Francisco. Educação, desigualdade e inclusão social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2015.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: SILVA, Luiz Antonio (org.). Lélia Gonzalez: por um feminismo afro-latino-americano. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 65–80. (Original publicado em 1988).
- HOOKS, b. Educação: transgressão e esperança. São Paulo: Editora Elefante, Pallas.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil: 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 out. 2025.
- NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- NASCIMENTO, A. O Quilombo do Futuro. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2019.

SOARES, José Francisco; ANDRADE, Renato Jorge de Souza. Desigualdades educacionais no Brasil: características e mecanismos. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

